



Município da Estância Balneária de Praia Grande
ESTADO DE SÃO PAULO

Em 29 de abril de 2020.

MENSAGEM Nº 15/2020

Senhor Presidente

A par de meus cordiais cumprimentos, tem a presente à finalidade de encaminhar a esta Colenda Câmara, incluso projeto de lei que *“Altera dispositivos da Lei Complementar nº. 845, de 1º de abril de 2020, que “Dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério e dos Educadores de Desenvolvimento Infantojuvenil, o Estatuto do Magistério Público Municipal e dá outras providências”.*

O presente projeto visa ajustar a redação dos artigos 20, 38, 80, 89, 91, 98, 100 e 109 da Lei Complementar nº. 845, de 1º de abril de 2020, especialmente com a inserção de texto que já estava contemplado na Lei Complementar nº. 761, de 30 de novembro de 2017, e por equívoco deixou de ser contemplado na legislação atual.

Frente a isso, ressaltamos que o projeto não apresenta novidades no texto dos artigos 20, 38, 89, 98 e 109, sendo apenas a reinserção das previsões que já constavam na legislação anterior.

Com relação ao artigo 80 sugere-se uma ampliação na aceitação de cursos para fins de promoção horizontal, ademais, o artigo 100 sofrerá modificação, pois terá uma descrição mais precisa no Decreto Regulamentador a ser expedido pela Administração Pública.



Município da Estância Balneária de Praia Grande
ESTADO DE SÃO PAULO

Portanto, considerando a relevância da matéria solicito que seja a mesma apreciada com a necessária urgência.

Aproveito o ensejo para renovar os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
PREFEITO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR

EDNALDO DOS SANTOS PASSOS

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE
PRAIA GRANDE-SP



Município da Estância Balneária de Praia Grande
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 15/2020
XXX de XXXX de 2020.

"Altera dispositivos da Lei Complementar nº. 845, de 1º de abril de 2020, que “Dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério e dos Educadores de Desenvolvimento Infantojuvenil, o Estatuto do Magistério Público Municipal e dá outras providências”.

O Prefeito da Estância Balneária de Praia Grande.

Faz saber que a Câmara Municipal, em sua
Sessão Ordinária, realizada em de de 2020, aprovou e
eu promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterada a redação dos artigos 20, 38, 89, 91, 98, 100 e 109 da Lei Complementar nº. 845, de 1º de abril de 2020, passando a vigorar da seguinte forma:

...

“Art. 20. O Professor Adjunto I, que ingressou no cargo de efetivo provimento até 30 de novembro de 2017, e após o cumprimento do estágio probatório, estará em condições de participar da progressão funcional, tratada no art. 91, observados os critérios dos arts. 92 e 93, todos da presente Lei Complementar.

...

Art. 38. Entende-se por carga suplementar de trabalho o número de horas prestadas pelo docente, além daquelas fixadas para a jornada de trabalho a que estiver sujeito.

§1º. As horas prestadas a título de carga suplementar de trabalho são constituídas de horas em atividades com alunos e hora atividade extraclasse, em caráter de substituição, na hipótese de afastamentos legais dos respectivos titulares ou classes vagas.



Município da Estância Balneária de Praia Grande

ESTADO DE SÃO PAULO

§2º. O número de horas semanais da carga suplementar de trabalho corresponderá à diferença entre o limite de 70 (setenta) horas e o número de horas previsto nas referidas jornadas de trabalho dos professores a que se refere o artigo 30.

§3º. Os docentes deverão cumprir as atividades extraclasse proporcionalmente à totalidade de aulas atribuídas em carga suplementar, e definidas em ato próprio da titular da Secretaria de Educação.

§4º. Os adicionais de tempo de serviço e de sexta-parte não incidirão sobre o valor correspondente à carga suplementar de trabalho docente.

§5º. O pagamento da carga suplementar utilizará como referência a faixa A do anexo I desta Lei Complementar, respeitadas as progressões verticais do seu titular.

...

Art. 80. Para a qualificação profissional, serão considerados os certificados de:

I – Curso de Aperfeiçoamento.

II – Publicação em revistas e anais de congressos.

§1º. Os cursos referidos neste artigo poderão ser promovidos ou reconhecidos pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação.

§2º. Os títulos deverão ser entregues na Secretaria de Educação acompanhados por requerimento, e serão pontuados de acordo com o Decreto específico.

§3º. Serão considerados os títulos que sejam na área específica ou correlata à habilitação exigida para o cargo do qual o professor é titular ou da função/cargo que estiver ocupando na época que fizer jus a promoção.

...

Art. 89. A promoção vertical será requerida após a conclusão do estágio probatório, devendo ser instruída com os documentos necessários até o dia 30 de junho de cada ano.

§1º. O deferimento de promoção vertical dar-se-á pelo titular da Secretaria de Educação, após demonstração do impacto financeiro e provisão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.



Município da Estância Balneária de Praia Grande

ESTADO DE SÃO PAULO

§2º. Serão indeferidos os pedidos realizados por docente afastado ou readaptado no período previsto no “caput” deste artigo, sendo possível a apresentação de novo pedido quando do retorno ao efetivo exercício no cargo.

§3º. A análise do novo pedido, observadas as disposições dos parágrafos anteriores deste artigo, ocorrerão para o exercício orçamentário subsequente.

...

Art. 91. Progressão Funcional é a passagem na classe de docente para cargo superior dentro da mesma carreira.

§1º. A progressão funcional será aplicada ao cargo de Professor Adjunto I que passará para Professor I, atendidos os requisitos previstos em lei.

§2º. A regra prevista no parágrafo anterior será aplicada apenas aos Professores Adjuntos I que ingressarem em cargo de efetivo provimento conforme descrito no art. 20.

...

Art. 98. Promoção Horizontal ou merecimento é a passagem do titular do cargo de uma faixa para outra imediatamente posterior.

§1º. Para a execução do disposto no “caput” deste artigo o mês base para a contagem de tempo será o mês de janeiro.

§2º. As normas regulamentares de Promoção Horizontal serão estabelecidas mediante Decreto.

...

Art. 100. Para a qualificação profissional, serão considerados os certificados de:

- I – Curso de Aperfeiçoamento na área de atuação;
- II – Publicação em revistas e anais de congressos na área de atuação.

§1º. Os cursos referidos neste artigo poderão ser promovidos ou reconhecidos pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação.



Município da Estância Balneária de Praia Grande
ESTADO DE SÃO PAULO

§2º. Os títulos deverão ser entregues na Secretaria de Educação acompanhados por requerimento, e serão pontuados de acordo com o Decreto específico.

...

Art. 109. A promoção vertical será requerida e instruída com os documentos necessários até o dia 30 de junho de cada ano.

§1º. O deferimento de promoção vertical dar-se-á pelo titular da Secretaria de Educação, após demonstração do impacto financeiro e provisão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

§2º. Serão indeferidos os pedidos realizados por docente afastado ou readaptado no período previsto no “caput” deste artigo, sendo possível a apresentação de novo pedido quando do retorno ao efetivo exercício no cargo.

§3º. A análise do novo pedido, observadas as disposições dos parágrafos anteriores deste artigo, ocorrerão para o exercício orçamentário subsequente.

Palácio São Francisco de Assis, Município da Estância
Balneária de Praia Grande, aos de de 2020, ano quinquagésimo
quarto da Emancipação.

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
PREFEITO

Maura Ligia Costa Russo
Secretária de Governo

Registrado e publicado na Secretaria de Administração em xx de xxx de 2020.

Marcelo Yoshinori Kameiya
Secretário de Administração